


ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2026.

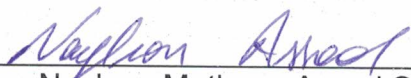
Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, na Sala da Câmara Municipal de Bonito, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na presença dos Senhores Vereadores: Francisco Marcos Correa da Cunha (presidente), Naylson Matheus Assad Sousa (1º Secretário), Silvia de Nazaré Lima Assad (Vice-Presidente), Elvis Sanches Carneiro, Marcos Marcelo Moura Mota Assad. Sob a Presidência do Sr. Ver. Francisco Marcos Correa da Cunha, que invocou o preceito Regimental sob acorde do hino nacional, em seguida determinou a leitura da Bíblia Sagrada, pela Sra. Silmara, funcionária, que leu no livro de Salmos 90,1-2. Foi feita a leitura da ata da sessão anterior e aprovada sem retificações. **Tribuna popular.** O Sr. Presidente, convidou o Sr. Raymundo Mendes Filho, representante da empresa Águas do Pará, para fazer uso da tribuna popular. **Assunto:** Prestar informações aos vereadores e a população sobre o serviço de água, coleta e tratamento de esgoto. **O Sr. Raymundo** saudou a todos os presentes, e informou que o leilão da concessão da água foi realizado pelo governo do estado. Explicou que o governo do estado dividiu os municípios em blocos, onde o município de Bonito faz parte do bloco B, junto com mais 29 municípios. Informou que o leilão foi publicado no ano de 2025 e individualizado por lote, e que a AEGEA empresa “holding” controladora das águas do Pará foi a vencedora de todos os blocos do estado e atualmente é responsável por 126 municípios, no estado do Pará. Falou que o contrato tem vigência de 40 anos, onde prevê muitas melhorias. E conforme a lei de saneamento até o ano de 2033, haverá água universalizada, onde em 100 casas 99 devem conter água potável na torneira. **A Sra. Ver. Silvia** perguntou quantos municípios participaram do leilão. **O Sr. Raymundo** respondeu que foram 126 municípios. **A Sra. Ver. Silvia** falou que existem 144 municípios no estado e perguntou por que não houve a participação de todos. **O Sr. Raymundo** respondeu que os demais já haviam sido privatizados ou fizeram sua própria concessão. **A Sra. Ver. Silvia** perguntou se a empresa fez um estudo financeiro em todos os municípios para saber se a população teria condições de pagar tarifas de água. Falou que a maioria da população de Bonito não tem condições financeiras para arcar com esse ônus. **O Sr. Raymundo** respondeu que a empresa águas do Pará foi vencedora de um leilão de concessão, o qual possui um edital que prevê as tarifas, ressaltou que a empresa águas do Pará não tem autonomia de determinar valor em cada município e cumprem o que está estabelecido em edital. Falou que o estudo foi feito pelo governo do estado junto com o BNDES, através da criação de microrregiões, e com base em estudos elaboraram e publicaram o edital. Explicou que nessa fase de estudos a águas do Pará ainda não existia, pois foi criada com a finalidade de concorrer no leilão, e a empresa que ganhou foi a controladora AEGEA e posteriormente foi criada águas do Pará. **O Sr. Ver. Naylson** perguntou a data em que foi realizado o leilão da concessão entre a empresa e o governo do estado, incluindo Bonito no Bloco B. **O Sr. Raymundo** em resposta, ao Sr. ver. Naylson falou que foi no ano de 2025. **O Sr. Ver. Elvis** falou que a população precisa de qualidade nos serviços da distribuição de água, mas que a maioria das pessoas do município são de renda baixa. Perguntou de que maneira a empresa poderia melhorar os serviços no município, pois a população está se sentindo lesada pelo que vem acontecendo. **O Sr. Presidente,** perguntou qual o valor da tarifa que será pago

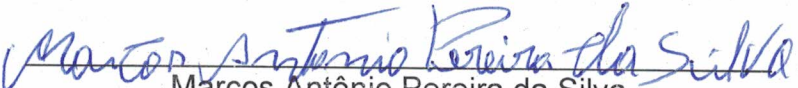
e como vai ser cobrado, assim como, a quantidade de água que será ofertada para cada residência, e perguntou também se as pessoas que recebem benefício social serão isentas. **O Sr. Raymundo** falou que o contrato versa sobre todas as melhorias, enfatizando que o principal objetivo é levar água potável para torneira da população, universalizar a água, e também esgoto coletado e transportado para ser devolvido ao meio. Falou que será um investimento significativo de mais de 15 bilhões em todo o estado para que os resultados sejam atingidos. Explicou que a tarifa seria cobrada da mesma forma que a COSANPA cobrava, nos municípios que tem seus valores mensais estabelecidos seriam por volta de 20 a 40 reais. E que os municípios onde não haviam cobranças, a partir do segundo ano será instituída uma tarifa de 10 reais, sendo que, esse valor daria direito a 10 mil litros de água. **A Sra. Ver. Silvia e os senhores Vereadores Elvis e Naylson** mencionaram que o início do tratamento da água foi um dos principais problemas no município de Bonito, pela alta dosagem de cloro, o que ocasionou mal estar nas pessoas. E perguntaram se os funcionários passaram por alguma preparação ou treinamento antes para poder manusear o cloro. **O Sr. Presidente** perguntou se foi feita a análise da água no município de Bonito. **O Sr. Raymundo** em resposta, explicou que foi feita análise da água e na grande maioria dos poços foi constatado que a água é imprópria para consumo. Em seguida falou que os dosadores de cloro possuem uma regulação automática, no qual é feita a dosagem na medida estabelecida em normas. Explicou que existe uma portaria do ministério da saúde onde consta a obrigatoriedade da concessionária de entregar o cloro indicado, que vai de 0.2 bpm até 5 bpm. Ressaltou que atualmente fazem as medições mais de uma vez por dia, e o cloro está em média a 0.26 bpm, ou seja, está dentro limite determinado em portaria. Falou que existem mais de 8 cloradores instalados no município e não tiveram reclamações pelas demais pessoas que estão utilizando a água com cloro somente da Comunidade do Santo Antônio. **A Sra. ver. Silvia** falou que não houve mais reclamações devido a comunidade do Santo Antônio impedir que colocassem cloro na água. Falou que as pessoas que estão manuseando o cloro não fizeram curso para poder trabalhar com o produto e não apresentaram certificados de treinamento, perguntou os nomes das pessoas que estão prestando o serviço. **O Sr. Raymundo** não soube responder e falou que iria verificar e encaminhar para o conhecimento de todos. **O Sr. presidente** relatou que algumas pessoas da comunidade do santo Antônio foram prejudicadas devido ao cloro, e pediu que a empresa apure essa situação. Considerou injusta a danificação do equipamento da empresa, pois destruir bem público ou privado é um ato de vandalismo. Esclareceu ao povo que a empresa não está somente em Bonito e sim em todo o estado do Pará. **O Sr. Naylson** perguntou se a empresa iria cobrar tarifa de pessoas que possuem poços artesianos em suas residências. **O Sr. Raymundo** falou que a fiscalização de poços não é competência da empresa águas do Pará e sim de outros órgãos. **A Sra. ver. Silvia** falou que a situação da água causou prejuízo na saúde das pessoas e também causará prejuízo financeiro no momento em que tiverem que pagar tarifa. Falou que a negociação foi feita entre a empresa águas do Pará e a prefeitura, e que a população não aceitará. Falou que o lucro arrecadado dos serviços de água será para a empresa e para o prefeito. **O Sr. Presidente convidou** a Sra. Socorro para fazer uso da tribuna popular para representar a comunidade de Santo Antônio. **A Sra. Socorro** representante da comunidade do Santo Antônio saudou a todos os presentes, e explicou que seu questionamento não é sobre o tratamento da água

pois sabe o quanto é necessário e está previsto na portaria. Questionou a forma que empresa iniciou os serviços, pois a comunidade não foi consultada, não foi informada e nem teve acesso ao laudo técnico. Relatou que presenciaram a aplicação do cloro no período da noite de forma escondida. Considerou algo inaceitável e que a própria legislação é clara ao exigir transparência, controle e acesso à informação. Falou que a população tem direito de saber o que está consumindo. Esclareceu que não era uma pauta de oposição política, e que é um dever e compromisso de todos os vereadores que assumiram com o povo. Em nome da comunidade solicitou a apresentação dos laudos da água e esclarecimento técnico sobre a necessidade do cloro, informações sobre a dosagem aplicada para que haja transparência, diálogo e respeito. Solicitou que seja feita uma reunião na comunidade do Santo Antônio junto com a empresa e o gestor do município para esclarecer a situação. Ressaltou que a comunidade em hipótese nenhuma aceitará colocar cloro ou pagar água. **O Sr. ver. Naylson** perguntou quais as localidades do município de Bonito que a empresa iria prestar seus serviços. **O Sr. Raymundo** falou que o contrato prevê a sede do município e algumas vilas, onde conta com um ano de gratuidade e no segundo ano chegará à tarifa cobrada pela Cosanpa. Explicou que a empresa só poderá assumir as localidades que constam no contrato e os lugares que não constam continuam sendo de responsabilidade da prefeitura. **A Sra. Ver. Silvia** falou que a empresa entrou através da atual gestão e se trata da situação financeira do município e deixou claro que o povo não tem obrigação de pagar água e nem de aceitar a entrada da empresa, pois quem decide é o povo. **O Sr. vereador Marcelo** perguntou se a tarifa será aplicada para a população de baixa renda. E em resposta do **Sr. Raymundo** falou que seria aplicada. Falou que a empresa participou do leilão sabendo onde seria área de atuação e isso não impede de que futuramente o município pleiteie junto com o governo do estado para participar desse atendimento para que os serviços cheguem a outras localidades do município. **O Sr. presidente** agradeceu a presença do Sr. Raymundo representante da empresa águas do Pará. **Expediente.** O sr. presidente comunicou que na reunião realizada dia 16 de abril o Sr. Ver. Naylson pediu vista ao **Projeto de Lei Nº 001/2026**. Institui a Política Municipal de Controle da Poluição Sonora no Município de Bonito-PA, estabelece normas de prevenção e fiscalização da emissão de ruídos e dá outras providências. De autoria do vereador Marcos Marcelo Moura Mota Assad. Em seguida perguntou qual era o parecer do vereador ao referido projeto de lei. **O Sr. Ver. Naylson** emitiu parecer favorável à aprovação do projeto de lei. Após análise do jurídico e parecer favorável da comissão de justiça emitida dia 16 de abril, o presidente colocou o projeto de lei em votação. O projeto de lei foi **aprovado** pela maioria dos senhores vereadores presentes. **Ordem do dia.** **O Sr. ver. Elvis** saudou a todos e agradeceu a presença da população. **O Sr. Ver. Marcelo** saudou a todos e agradeceu o apoio dos vereadores na aprovação do seu projeto de lei. Falou que o projeto que combate a poluição sonora é para beneficiar a população, que vem sofrendo com barulhos causados por descargas de motos adulteradas e sons altos. **O Sr. presidente** informou que existe uma lei federal a respeito da poluição sonora e afirmou que lei precisa vigorar no município. **A Sra. ver. Silvia** saudou a todos os presentes e parabenizou a população por estarem reivindicando seus direitos. Prestou solidariedade ao esposo da professora Cátia mencionou que a professora trabalhou em todas as gestões e sempre foi uma profissional exemplar e a atual gestão a deixou desempregada. Relatou que na

comunidade do Travessão do L não tem funcionários suficientes na saúde para visitar os doentes acamados e que precisou pedir para a Sra. Rayane, para fazer curativos e medir glicemia de um senhor acamado, falou que a comunidade do travessão atende mais de 8 vilas e é imprescindível que tenha funcionários para atender a demanda daquela região. **O Sr. ver. Naylson** saudou a todos os presentes. Solicitou um pedido de providência de que seja feita a instalação de wifi público e gratuito na praça do São Pedro na Cidade de Bonito e também na praça do Santo Antônio. Para que todos os jovens possam estar conectados e ter acesso à internet. Relatou que entrou em contato com o secretário de esporte e com o prefeito, para falar sobre o estádio de futebol e obteve informações de que não tem previsão para voltar a funcionar, pois a prefeitura está esperando uma emenda para fazer uma reforma geral no estádio, e demonstrou preocupação por ser o único campo de futebol na cidade. **O Sr. presidente** saudou a todos e pediu aos senhores vereadores que acompanhem as obras que estão sendo feitas no município para fiscalizar e cobrar melhorias junto ao poder executivo, pois quando o estádio foi construído a empresa colocou cabo multiplexado subterrâneo o que é inadequado, e os vereadores na época não fiscalizaram. Falou que as instalações do estádio são precárias, por isso, os vereadores devem fiscalizar para que o município possa ter obras de qualidade. Agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a tratar declarou encerrada a sessão. Sala das sessões da câmara municipal de Bonito em 23 de abril de 2026.

  
Francisco Marcos Correa da Cunha  
(Presidente)

  
Naylson Matheus Assad Sousa  
(1º Secretário)

  
Marcos Antônio Pereira da Silva  
(2º Secretário)